

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 320.588 - SP (2013/0089982-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : MAXIM ADMINISTRAÇÃO PARTICIPAÇÕES LTDA  
**ADVOGADOS** : MIGUEL PEREIRA NETO - SP105701  
CONRADO GONZAGA DE AZEVEDO ALVES CARDOSO -  
SP288938  
**AGRAVADO** : KIPLING APPAREL CORPORATION  
**ADVOGADOS** : ALDIR DE OLIVEIRA ROCHA FILHO E OUTRO(S)  
EMÍLIA MALGUEIRO CAMPOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MAXIM ADMINISTRAÇÃO PARTICIPAÇÕES LTDA, doravante MAXIM, contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), que inadmitiu o recurso especial.

Cuidam os autos, na origem, de ação de cominatória proposta por KIPLING APPREL CORPORATION contra MAXIM.

O il. Magistrado julgou procedente o pedido (sentença às fls. 138/141).

Diante disso, MAXIM interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TJ-SP, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 216):

*"Citação - Nulidade - Inocorrência - Ação cominatória cumulada com indenização por danos materiais e morais - Certidão do Cartório noticiando a subtração de determinadas folhas do processo, dentre elas a certidão positiva do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento ao mandado de citação - Citação inequívoca da parte ré - Indicação expressa, na r. sentença, da folha dos autos em que certificada a citação, a qual restou reproduzida através de cópia apresentada pela parte autora - Inobservância do dever de proceder com lealdade por prática de conduta intencionalmente maliciosa e temerária - Impossibilidade, entretanto, de condenação às penas por litigância de má-fé diante da falta de identificação da autoria do ato de subtração das peças do processo - Sentença procedente - Apelação desprovida."*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão às fls. 210/219).

Inconformado, MAXIM interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, no qual alega violação dos arts. 398, 458, 459 e 460 e 535,

II, todos do CPC/73.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 274/275.

Irresignado, MAXIM manejou o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Foi apresentada contraminuta (fls. 298/302).

É o relatório. Decido.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação do art. 535 do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

*"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.*

*(...)*

*2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.*

*(...)*

*6. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 – g.n.)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. Apreciação de todas as questões relevantes da lide pelo Tribunal de origem. Ausência de afronta ao art. 535 do CPC/1973 (correspondente ao art. 1.022 do CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.*

*1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao*

*art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 – g.n.)

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso no que diz respeito ao art. 398 do CPC/73. Sob as referidas violações, afirma-se que o recorrente não foi citado para a presente demanda. Ressalta, ainda, que o recorrido juntou aos autos documento em sede de apelação sem que houvesse intimação posterior do recorrente para se manifestar.

O eg. TJ-SP, contudo, assentou que a citação foi regularmente realizada. Destacou que, após consulta realizada pelo advogado do recorrente - réu da demanda - as folhas relativas à citação foram subtraídas e, diante disso, foi necessário juntar a comprovação posteriormente, momento em que o processo foi renumerado. Ressaltou, por fim, que o documento juntado nas contrarrazões da apelação é mera cópia dos autos e teve por finalidade comprovar a citação, haja vista a subtração das folhas.

À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual:

*"Concedida a liminar para determinar a busca e apreensão de todos os produtos contrafeitos foi determinada a expedição de mandado, servindo este também para a citação das rés, com indicação do prazo para apresentação de contestação (fls. 88).*

*O mandado foi expedido conforme cópia constante de fls.*

*99 e verso, juntado o mandado cumprido às fls. 104/112, conforme certidão de fls. 103.*

*O decurso do prazo legal para contestação da ré foi certificado às fls. 113 e, dada a notícia de que as requeridas continuavam a comercializar produtos contrafeitos, o mandado que se achava juntado às fls.*

*104/112 foi desentranhado para aditamento e nova diligência de busca e apreensão, conforme decisão de fls. 116 e certidão de fls. 117 dos autos.*

*Noticiando a impossibilidade do cumprimento da nova diligência, a apelada requereu o julgamento antecipado da lide, tendo sido proferida a r. sentença após a informação de que o decurso do prazo para contestar já tinha sido certificado pela Secretaria (fls. 125; 127; 128/132).*

*O mandado de busca e apreensão desentranhado com as respectivas certidões do Oficial de Justiça, que se encontrava por equívoco da Secretaria anexado na contracapa, foi juntado aos autos conforme certidão de fls. 134, recebendo nova numeração correspondendo às fls. 135/144.*

*Posteriormente, foi certificado pela Secretaria a subtração de folhas do processo, nos seguintes termos:*

*(...)*

*As folhas do processo correspondentes ao mandado de busca e apreensão e de citação e seu cumprimento pelo Sr. Oficial de Justiça (inicialmente fls. 104 e 112 dos autos) e que se encontravam na contracapa dos autos na data em que a r. sentença fora proferida, foram subtraídas após terem sido novamente juntadas aos autos pelo Cartório, em 12.05.11, quando receberam a nova numeração, corresponde à fls. 136 e 144.*

*Por ocasião da apresentação das contrarrazões, a apelada trouxe aos autos cópia da fls. 112, comprovando a efetiva citação da apelante na pessoa de seu representante legal Sr. João Helal, administrador indicado no contrato social às fls. 151, dirimindo qualquer dúvida (fls. 186).*

*A atitude de subtração de peças do processo é lamentável, demonstrando inobservância do dever de proceder com lealdade, configurando prática de conduta intencionalmente maliciosa e temerária, buscando a nulidade de processo que se encontrava aguardando a publicação da r. sentença.*

*Entretanto, diante da impossibilidade de identificação da autoria do ato de subtração das peças do processo, conforme certificado nos autos, deixa-se de condenar às penas por litigância de má-fé, bem como de representar junto à Ordem dos Advogados do Brasil." (fls. 218/219)*

Com efeito, verifica-se que o recorrente deixou de impugnar especificamente o fundamento contido no v. acórdão recorrido relativo à subtração dos documentos, razão pela qual houve juntada de cópia dos autos que demonstra a efetiva realização de citação.

Nesse cenário, havendo fundamento autônomo e suficiente, por si só, para manter o v. acórdão estadual, o apelo nobre encontra óbice nas Súmulas n. 283 e 284/STF, aplicadas por analogia. Nessa mesma linha de inteligência, destacam-se os seguintes julgados:

**"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL E JUNTADA DE DOCUMENTOS. NECESSIDADE DE**

*REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM O INTUITO DE ESCLARECER QUESTÕES ATINENTES ÀS AMORTIZAÇÕES REALIZADAS. REEXAME FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. FUNDAMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF.*

(...)

*2. É inadmissível o recurso especial que não impugna os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes, por si só, à manutenção da conclusão a que chegou o Tribunal de origem (Súmula n. 283/STF).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 451.336/RS, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 08/06/2017 - g. n.)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM" RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.*

(...)

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1035112/SP, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 12/05/2017 - g.n.)

Por fim, o recorrente invoca a ofensa dos arts. 458, 459 e 460 do CPC/73, ao argumento de que a sentença restringiu a condenação do recorrente, sem mencionar os demais réus. O eg. TJ-SP, contudo, ressaltou que não há irregularidade, pois o título executivo apenas faz menção ao recorrente. Para fins demonstrativos, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão estadual (fl. 219):

*"No tocante à alegação de omissão da r. sentença em relação às demais empresas constantes do pólo passivo, observa-se que constou corretamente no título executivo o nome da apelante, não havendo quaisquer vícios a serem sanados por esta via recursal, dada a impossibilidade da recorrente pleitear, em nome próprio, direito alheio."*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à extensão do título executivo, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 30 de outubro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator